



RELATÓRIO CONSOLIDADO

AUDIÊNCIA PÚBLICA SECONT Nº 01/2015

**Projeto de Modernização e Ampliação do Portal da
Transparência do Estado do Espírito Santo**

Vitória - ES, 10 de abril de 2015.



SUMÁRIO

1.	OBJETIVO	3
2.	INTRODUÇÃO.....	3
3.	PROCEDIMENTOS ADOTADOS	4
4.	AUDIÊNCIA PÚBLICA	4
4.1.	Abertura da Audiência.....	5
4.2.	Apresentação das Contribuições encaminhadas no período da Consulta Pública.....	5
4.2.1.	Contribuição 01.....	5
4.2.2.	Contribuição 02.....	5
4.2.3.	Contribuição 03.....	5
4.2.4.	Contribuição 04.....	6
4.2.5.	Contribuição 05.....	6
4.2.6.	Contribuição 06.....	6
4.2.7.	Contribuição 07.....	6
4.2.8.	Contribuição 08.....	6
4.2.9.	Contribuição 09.....	7
4.2.10.	Contribuição 10.....	7
4.2.11.	Contribuições 11 e 12	7
4.2.12.	Contribuição 13.....	8
4.2.13.	Contribuição 14.....	8
4.2.14.	Contribuição 15.....	8
4.2.15.	Contribuição 16.....	8
4.2.16.	Contribuição 17.....	9
4.2.17.	Contribuições não pertinentes ao Portal	9
4.3.	Contribuições apresentadas e debates realizados durante a Audiência Pública	9
4.3.1.	Manifestação 01.....	10
4.3.2.	Manifestação 02.....	10
4.3.3.	Manifestação 03.....	10
4.3.4.	Manifestação 04.....	11
4.3.5.	Manifestação 05.....	11
4.3.6.	Manifestação 06.....	11
4.3.7.	Manifestação 07.....	12
4.3.8.	Manifestação 08.....	12
4.3.9.	Manifestação 09.....	13
4.3.10.	Manifestação 10.....	13
5.	ENCERRAMENTO	13
6.	CONCLUSÃO	14

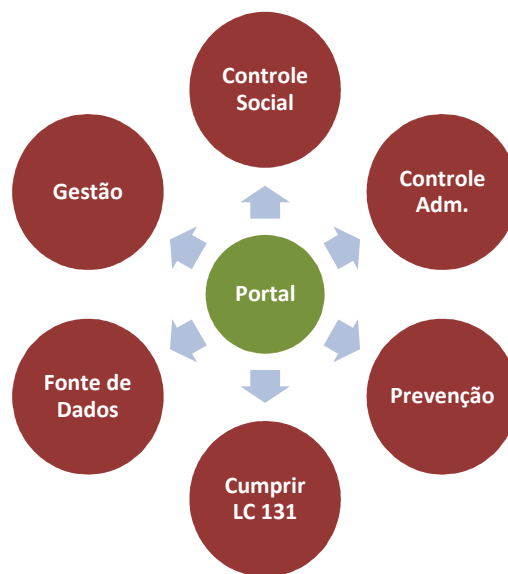


1. OBJETIVO

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados da Audiência Pública nº 01/2015, realizada em 26/03/2015, no auditório do Palácio da Fonte Grande – Vitória - ES, oportunidade em que foram divulgadas e debatidas as contribuições apresentadas pela sociedade para o Projeto de Modernização e Ampliação do Portal da Transparência do Estado do Espírito Santo.

2. INTRODUÇÃO

O Portal da Transparência é o instrumento oficial do Poder Executivo Estadual destinado à divulgação de informações relacionadas à gestão governamental, e tem por finalidade, dentre outras, permitir o exercício do controle social, contribuir com o controle externo da administração, servir como instrumento de prevenção e de combate à corrupção e cumprir as disposições legais da Lei Complementar nº 131, conforme esquematizado na figura a seguir. Além disso, o Portal compõe uma rica fonte de dados para diversos grupos de usuários, com informações sobre despesas, receitas ou repasses, que inclusive pode ser utilizado para construção de indicadores de gestão pública.



Público Alvo

O público alvo do Portal é bastante diversificado, sendo composto por usuários com diferentes interesses:





GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA DE ESTADO DE CONTROLE E TRANSPARÊNCIA

Cada um dos grupos de usuários possui demandas específicas, conforme exemplificado na figura abaixo, para serem atendidas pelo Portal:

Cidadão	Profissional Especializado	Meio Acadêmico
<ul style="list-style-type: none">• Linguagem própria• Acesso fácil• Visual agradável da tela• Temas do cotidiano• Vídeo explicativo• Glossário	<ul style="list-style-type: none">• Atendimento da legislação• Integridade informações• Abrangência• Pesquisa livre• Geração de relatórios• Cruzamento de dados• Indicadores de gestão	<ul style="list-style-type: none">• Código aberto• Organização técnica das informações• Manuais técnicos explicativos• Uso em aplicativos

3. PROCEDIMENTOS ADOTADOS

O Edital de chamamento para a Consulta Pública com Audiência Pública SECONT nº 01/2015 foi publicado no Diário Oficial do Estado do Espírito Santo em 02/03/2015, tendo como base os artigos 31, 32 e 34 da Lei 9.784, de 29 de janeiro de 1999. No mesmo dia, foi disponibilizado no *site* institucional da Secretaria de Estado de Controle e Transparência – SECONT o formulário para encaminhamento das contribuições. Também foram disponibilizados no *site* o texto base para apoio à consulta pública, bem como toda a legislação relacionada. O período de recebimento das propostas, após prorrogação publicada em 12/03/2015, foi de 02 de a 20/03/2015. Em 25/03/2015 foi publicado aviso de antecipação da Audiência Pública para o dia 26/03/2015. Essa antecipação foi amplamente divulgada no Diário Oficial do Estado e em A Tribuna.

Todas as contribuições encaminhadas, no total de 22 (vinte e duas), foram analisadas individualmente. Para cada uma delas foi dado o devido encaminhamento. O resultado das contribuições encaminhadas durante a fase de Consulta Pública foi apresentado e debatido na ocasião da Audiência.

4. AUDIÊNCIA PÚBLICA

A Audiência Pública SECONT nº 01/2015 foi realizada no dia 26/03/2015. Ela contou com 32 (trinta e dois) participantes, estando representados, além da SECONT: Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo - DPES, Instituto de Tecnologia da Informação e Comunicação do Espírito Santo - PRODEST, Sindicato dos Trabalhadores e Servidores Públicos do Estado do Espírito Santo – SINDIPUBLICOS, Instituto Tecnológico do Espírito Santo – IFES, Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil do Espírito Santo – SINDTRACONST-ES, Câmara Municipal de Vitória, CESAN, Associação dos Moradores da Praia de Itaoca – Município de Itapemirim, Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra – ADESG, dentre outros.



4.1. Abertura da Audiência

A Audiência teve início às 16h00 com a abertura do Secretário de Estado de Controle, Dr. Marcelo Barbosa de Castro Zenkner, que fez uma breve exposição sobre o evento. Em seguida, o Subsecretário de Estado da Transparência, Sr. Luis Fernando Mendonça Alves, apresentou a metodologia de trabalho da Audiência. Na sequência, o Gerente do Projeto de Modernização e Ampliação do Portal da Transparência, Sr. Fabrício Massariol, fez uma exposição do escopo sintético do projeto.

4.2. Apresentação das Contribuições encaminhadas no período da Consulta Pública

Após a etapa introdutória da Audiência, foi iniciada a apresentação das contribuições encaminhadas no período da Consulta Pública. A exposição foi feita pelo Auditor do Estado e assessor da Subsecretaria da Transparência, Sr. Ricardo Monteiro Oliveira. Foram apresentadas as seguintes contribuições:

4.2.1. Contribuição 01

Sugestão: Ampla divulgação da Disponibilidade de Caixa e Execução Orçamentária e Financeira do Estado, conforme determina LRF art. 48, parágrafo único, inciso II.

Análise: O Estado já divulga anualmente a disponibilidade de caixa no Portal, na forma do modelo exigido pela LRF em seu Anexo V. Esta informação pode ser acessada na área ORÇAMENTO do Portal – RELATÓRIOS LRF – GESTÃO FISCAL (QUADRIMESTRAL) – 3º Quadrimestre.

Encaminhamento: Proporcionar um acesso mais fácil às informações mencionadas.

4.2.2. Contribuição 02

Sugestão: Publicação no site do Portal da Transparência Estadual dos Relatórios de Prestação de Contas Anuais de todas as Unidades Gestoras da Administração Pública Estadual Direta e Indireta, incluindo os Fundos Financeiros, acompanhados dos respectivos Relatórios de Análise do Controle Interno.

Análise: Os relatórios de Prestação de Contas Anuais são submetidos ao TCEES para análise e julgamento. Atualmente, a Prestação de Contas do Governador é publicada juntamente com o Relatório do TCEES.

Encaminhamento: Normatização para que as Unidades Gestoras fiquem incumbidas de divulgar seus respectivos Relatórios de Prestação de Contas, após o julgamento pelo TCEES.

4.2.3. Contribuição 03

Sugestão: Publicar no site da SECONT os Relatórios de Auditoria, Notas de Auditoria, Pareceres, Notas Técnicas e demais manifestações em processos administrativos.

Análise: Os relatórios do Controle somente são considerados concluídos após a manifestação e ajustamento de um plano de providências pela área responsável. Assim, esta sugestão requer a implantação de um sistema automatizado de auditoria alinhado com um processo de trabalho que suporte tal demanda.

Encaminhamento: A sugestão será considerada para os Relatórios de Auditoria Conclusivos, que serão disponibilizados no site da SECONT.



4.2.4. Contribuição 04

Sugestão: Localização física de cada servidor por meio de organograma ou outra forma a ser definida. Tal sugestão facilitaria a fiscalização de funcionários fantasmas ou executando funções alheias ao serviço público. Listagem de servidores licenciados, cedidos, entre outros, incluindo o tipo de licença, período concedido e renovações.

Análise: Esse grupo de informações irá possibilitar a ampliação do controle social sobre despesas com pessoal e, desta forma, inibir a práticas de atos lesivos à Administração Pública.

Encaminhamento: A sugestão será incluída no escopo do projeto, verificando o aspecto legal relacionado à divulgação das licenças médicas.

4.2.5. Contribuição 05

Sugestão: Necessidade da apresentação das informações ocorrerem primeiramente de forma gráfica (exemplo: gráficos em Pizza) para posteriormente gerar planilhas. Além de que um gráfico geral (exemplo: orçamento do Estado) ao ser clicado irá aprofundando nos detalhes (exemplo: por secretarias).

Análise: Nem todos os usuários desejam que as informações iniciais sejam apresentados em forma de gráficos. Por outro lado, a funcionalidade de apresentação de gráficos faz parte do escopo do projeto, o que possibilitará ao usuário escolher entre tabela e gráfico.

Encaminhamento: O Portal será estruturado em três níveis de informação: consolidada, detalhada e consulta livre, inclusive com geração de gráficos.

4.2.6. Contribuição 06

Sugestão: Disponibilizar no Portal as informações referentes às prestações de contas dos Contratos de Gestão celebrados com as Organizações Sociais - OS e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, bem como detalhar as contas das OSCIP.

Análise: A Lei de Acesso à Informação – LAI dispõe que as mencionadas organizações devem disponibilizar em seus sites institucionais informações sobre a aplicação dos recursos. A divulgação também no Portal requer um aprofundamento sob o ponto de vista da integração das estruturas contábeis, que são independentes.

Encaminhamento: Estudo, no âmbito do Governo do Estado, sobre o modelo que deverá ser adotado para contemplar os requisitos de transparência sugeridos.

4.2.7. Contribuição 07

Sugestão: Detalhar no Portal as informações referentes aos contratos de serviços celebrados com cooperativas médicas.

Análise: A sugestão já faz parte do escopo do projeto, que prevê a disponibilização, no Portal, das informações referentes aos contratos, inclusive os serviços celebrados com cooperativas médicas.

Encaminhamento: Incluído no escopo do projeto.

4.2.8. Contribuição 08

Sugestão: Implantar mecanismo de mala direta, onde o cidadão se cadastra com e-mail para obter a informação que for de seu interesse, como, por exemplo, a liberação de convênios, pagamentos de



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA DE ESTADO DE CONTROLE E TRANSPARÊNCIA

órgãos do executivo, licitações, nomeações e exonerações de um determinado órgão, etc. Tal mecanismo já existe no Portal da Transparência do Governo Federal para convênios, sendo que poderíamos avançar com informações do executivo de outras naturezas.

Análise: A sugestão já faz parte do escopo do projeto, porém somente no que diz respeito a Convênios.

Encaminhamento: Será incluída no escopo do projeto a funcionalidade para outros tipos de ações, tais como: pagamentos a fornecedores, licitações, etc., dentro das limitações técnicas.

4.2.9. Contribuição 09

Sugestão: Não existe no Portal a consulta por entidade. Para localizar a informação sobre alguma conta são necessários vários passos. Seria interessante que a consulta de repasses estivesse logo no início.

Análise: A sugestão será contemplada no projeto, uma vez que está previsto o aprimoramento da forma de acesso às informações, tornando o processo mais simplificado.

Encaminhamento: A ferramenta de busca será aprimorada, possibilitando a consulta pelo nome da entidade, dentre outros parâmetros.

4.2.10. Contribuição 10

Sugestão: Instituir a obrigatoriedade de constar em todos os sites do Governo do Estado do Espírito Santo (es.gov.br) links para acesso ao Portal.

Análise: Esta obrigação já está prevista no Parágrafo Único do art. 10 do Decreto 2285-r de 25/06/2009, que dispõe sobre a divulgação de dados no Portal:

Art. 10. O acesso à página do Portal da Transparência Pública se dará pelo endereço eletrônico <http://www.portaldatransparencia.es.gov.br>.

Parágrafo único. Os órgãos do Poder Executivo deverão manter atalho para o Portal da Transparência na página inicial.

Encaminhamento: A obrigação de divulgar o link para o Portal será mantida e aperfeiçoada no atual Projeto.

4.2.11. Contribuições 11 e 12

Sugestões: Informações sobre Obras Públicas:

- A transparência e o acesso à informação requerem a disponibilização: a) da relação das obras públicas; b) do andamento em tempo real de cada obra, inclusive os motivos de paralisações; c) da cópia do contrato com a contratada; d) do cronograma de desembolso, pagamentos já realizados e previsão do número de trabalhadores em cada fase da obra; e, e) a relação das subcontratadas em cada obra.
- Acrescentar aos relatórios sobre obras públicas, além do preço total contratado originalmente, se houve aditivos contratuais e em qual magnitude, os empenhos, as medições (estágio concluído das edificações, cada trecho de estrada etc.) e os pagamentos, bem como a identificação das empresas contratadas/responsável pela conclusão em cada caso.

Análise: Faz parte do escopo do projeto a ampliação das informações sobre a execução das obras. A implantação do processo se dará de forma gradativa, em face da complexidade e dificuldade em se integrar as informações, e estará alinhada à integração dos sistemas de gestão de obras da Administração.

Encaminhamento: Tema será priorizado no cronograma do projeto.



4.2.12. Contribuição 13

Sugestão: Acrescentar aos formulários de saída dos relatórios de despesa orçamentária os campos relativos às dotações inicialmente orçadas e às dotações orçamentárias atualizadas até a data final do período pesquisado, bem como o saldo das dotações após as deduções (empenhos, liquidações e pagamentos, que devem ser mantidas nos relatórios) que vão ocorrendo a cada período.

Análise: Atualmente a informação é disponibilizadas no Portal, por UG, por meio de consulta específica, exceto em relação ao saldo.

Encaminhamento: Já está incluído no escopo do projeto a criação de uma consulta unificada, com o detalhamento das dotações até o nível de elemento de despesa, o que permitirá mais fácil acesso à informação.

4.2.13. Contribuição 14

Sugestão: Explicitar ainda mais didaticamente os quadros de despesas com pessoal e sua comparação com a receita corrente líquida (L.C. 101/00), deixando nítida a metodologia de apuração de cada um dos parâmetros que as compõem, especialmente no que tange às adições e deduções a partir das referências brutas.

Análise: A metodologia de apresentação dos quadros é obrigatória e está definida no Manual dos Demonstrativos Fiscais, disponível no site da Secretaria do Tesouro Nacional e pode ser acessada no [link https://www.tesouro.fazenda.gov.br/-/mdf](https://www.tesouro.fazenda.gov.br/-/mdf).

Encaminhamento: Será incluída no escopo a apresentação dessa informação, de forma mais acessível e didática.

4.2.14. Contribuição 15

Sugestão: Acrescentar aos relatórios um *link* de acesso ao detalhamento da renúncia/incentivo fiscal, por modalidade, deixando nítida a magnitude dos recursos e a que instrumento se refere (INVEST, COMPET, FUNDAP, etc.) e os segmentos econômicos beneficiários.

Análise: Faz parte do escopo do projeto a divulgação de informações sobre Renúncia Fiscal.

Encaminhamento: Serão aperfeiçoados os requisitos técnicos necessários para a implementação do recurso, que se dará de forma gradativa, uma vez que inclui diversos interlocutores, inclusive o TCEES.

4.2.15. Contribuição 16

Sugestão: Dar maior transparência ao patrimônio do Estado por meio da divulgação dos critérios adotados nas doações de bens móveis para as Prefeituras, ONGs e outras entidades sem fins lucrativos. Divulgar os bens que estão disponíveis nos órgãos para Transferência/remanejamento para outros órgãos para fomentar a reutilização de bens.

Análise: A informação sobre Transferência / Remanejamento de bens está disponível no site da SEGER. Em relação aos critérios adotados, são aqueles previstos na legislação específica.

Encaminhamentos: Faz parte do escopo do projeto disponibilizar as informações sobre a gestão do patrimônio estadual, inclusive bens imóveis.



4.2.16. Contribuição 17

Sugestão: O Portal deveria apresentar os imóveis locados para o Estado, com foto e valor do aluguel como em outros Estados.

Análise: O Portal atualmente divulga os gastos com aluguéis.

Encaminhamento: Como a gestão dos imóveis é de responsabilidade da SEGER, esta sugestão (divulgação de fotos) será encaminhada à SEGER para avaliar os aspectos técnicos relacionados ao processo de registro e divulgação das respectivas informações.

4.2.17. Contribuições não pertinentes ao Portal

Análise: As contribuições a seguir não são pertinentes ao projeto do Portal, mas serão tratadas no âmbito das Unidades Gestoras.

Encaminhamento: As contribuições serão encaminhadas aos respectivos gestores para que eles, juntamente com suas equipes técnicas, possam avaliar os procedimentos necessários para divulgá-las nos sites institucionais.

1. Publicação dos seguintes documentos nos sites das Unidades Gestoras dos Fundos Estaduais: Balancetes Mensais, Balanços Anuais e demais peças de demonstração contábil, bem como o Relatório de Prestação de Contas Anual e o Relatório de Análise e Parecer do Controle Interno.
2. Publicação nos sites de todas as Unidades Gestoras da Administração Pública Estadual Direta e Indireta, incluindo os Fundos Financeiros, histórico permanente dos processos administrativos de licitações e contratos em inteiro teor, fase interna e externa, bem como gestão, fiscalização, medição e pagamentos dos contratos.
3. Publicar nos sites das Unidades Gestoras responsáveis, em inteiro teor, os processos administrativos de convênios com a União, Municípios e demais entidades, contendo o plano de trabalho, cronograma físico financeiro, planilha orçamentária detalhada, termo de convênio e seus aditivos, licitação, contrato, relatórios de prestação de contas, pagamentos, termo de aceitação definitiva, etc.
4. Criar link para chamamentos públicos: ele visa levantar as possibilidades de atendimento da demanda do Estado. Questiona-se a efetividade da publicidade dada a esses procedimentos. Acrescentar um canal de comunicação que unifique as informações de demanda de contratação do Estado, especialmente em relação a imóveis, contribuiria com a efetividade e transparência dos procedimentos de seleção.
5. Painel de Controle de Contratos de Locação de Imóveis para: receber e disponibilizar respostas aos Chamamentos Públicos e classificação das propostas; apresentar os resultados dos procedimentos de seleção e as justificativas de dispensa/inexigibilidade de licitação; justificar a manutenção da locação em detrimento da aquisição/construção de instalações próprias; a data de início de contratos em andamento.

4.3. Contribuições apresentadas e debates realizados durante a Audiência Pública

Após a apresentação das contribuições encaminhadas no período da Consulta Pública, foi dado início à etapa de debates e apresentação de contribuições presenciais. A mediação foi feita pelo Subsecretário de Estado da Transparência, Sr. Luis Fernando Mendonça Alves. Foram as seguintes as manifestações e respectivos encaminhamentos:



4.3.1. Manifestação 01

Autor da Manifestação: Fabrício Ceccato Borgo – Auditor do Estado.

Manifestação: Informou que teria encaminhado uma sugestão para divulgar no Portal a frota de veículos do Estado, informando marca, modelo e placa.

Resposta do mediador: Como a sugestão foi registrada na Pesquisa de Opinião e não no formulário da Consulta Pública, não foi apresentada na Audiência. O mediador informou que até o momento da Audiência a Pesquisa de Opinião recebeu cerca de 800 (oitocentas) opiniões e 170 (cento e setenta) contribuições livres e que todas serão organizadas por tema. Finalizou informando que a metodologia da Pesquisa de Opinião difere da Audiência Pública, onde são discutidas as propostas individualmente.

Encaminhamento: A sugestão foi acatada e será analisada pela equipe técnica.

4.3.2. Manifestação 02

Autor da Manifestação: José Mauro Sales da Penha - Vice-Presidente dos moradores da Praia de Itaoca, Município de Itapemirim.

Manifestação: Ele informou que o site da prefeitura não publica as informações na forma prevista em lei. Ele citou como exemplo uma obra de pavimentação sobre a qual não se sabe quais ruas serão contempladas no projeto. Também, segundo ele, não estariam disponíveis informações sobre despesas com pessoal no Portal municipal. Ele salientou que tal situação já foi repassada à Câmara de Vereadores e essa, por sua vez, acionou o Ministério Público, mas que mesmo assim a situação não foi alterada. Ele ressaltou que seria vedado o repasse de recursos de convênio do Estado aos municípios que não publicam as informações no Portal.

Resposta do mediador: A SECONT irá avaliar a questão.

Encaminhamento: A SECONT irá encaminhar um ofício ao Prefeito de Itapemirim para dar ciência dos fatos relatados pelo Sr. José Mauro, bem como alertá-lo sobre a necessidade de realizar ajustes no Portal municipal para ampliar a transparência.

4.3.3. Manifestação 03

Autor da Manifestação: Vinicius Gazzoli Rangel - Subgerente de Projetos do PRODEST.

Manifestação: Ele fez uma análise sobre qual o nível de confiança que cidadão comum pode esperar ao acessar os dados do Portal. Também perguntou quais informações serão apresentadas no novo recurso de mapa georreferenciado que será incorporado ao Portal e se dentre elas haverá a informação de número de vagas de escolas, número de médicos na unidade de saúde, quantos policiais estarão alocados nas delegacias, etc.

Resposta do mediador: Ele informou que na manhã do dia da Audiência ele esteve em reunião com a Secretaria de Estado da Educação - SEDU, tendo sido levantado quais informações de interesse do cotidiano do cidadão poderiam ser disponibilizadas pela SEDU para publicação no Portal. A resposta foi considerada positiva, pois muitas informações de interesse do cidadão já estão sistematizadas, o que facilitaria a exportação para o Portal para publicação. O mediador também fez comentários sob a forma de funcionamento do mapa georreferenciado, onde serão mostrados os equipamentos públicos de cada um dos municípios, contemplando a iniciativa de disponibilizar no Portal as informações de interesse do cidadão comum, uma vez que determinados grupos de informações são direcionados aos usuários com perfil especializado, como aqueles dos órgãos de controle e meio acadêmico.

Encaminhamento: A questão das informações georreferenciadas para o cidadão comum será priorizada no projeto.



4.3.4. Manifestação 04

Autor da Manifestação: Valckir - representante da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra – ADESG.

Manifestação: Ele perguntou o que é uma audiência pública, quais órgãos são obrigados a publicar suas informações no Portal e qual a frequência de atualização dos dados do Portal.

Resposta do mediador: Ele informou que a audiência pública é uma reunião aberta a todos e que tem por objetivo discutir um tema de interesse público. Em relação à abrangência do portal, ele informou que os órgãos do Poder Executivo Estadual têm suas informações disponibilizadas no portal, que é atualizado diariamente. Algumas informações são atualizadas mensalmente, como, por exemplo, salário e cargo dos funcionários públicos.

Encaminhamento: a manifestação não requeria encaminhamento.

4.3.5. Manifestação 05

Autor da Manifestação: Letícia Campos Souza – Auditora do Estado.

Manifestação: Ela sugeriu uma melhoria na interface nas consultas para usuários. Segundo ela, as informações estão disponíveis no Portal, entretanto, muitas vezes é necessário acessar várias páginas até chegar ao resultado desejado. Também foi relatada a necessidade de se exportar várias tabelas, uma por cada tela da consulta, para agrupar as informações em uma planilha, quando o ideal seria fazer isso de uma só vez.

Resposta do mediador: Ele informou que o diagnóstico realizado no Portal já identificou a necessidade de melhorar a forma de apresentação das informações, bem como o processo de exportação das informações. A palavra foi repassada ao Gerente do Projeto, Sr. Fabrício Massariol, que deu maiores detalhes de como funcionará no novo Portal, ressaltando de que a apresentação das informações será feita na estrutura de árvore, o que permitirá ao usuário detalhar, nível a nível, a informação desejada.

Encaminhamento: A sugestão de melhoria da autora já faz parte do escopo do projeto.

4.3.6. Manifestação 06

Autor da Manifestação: Alberto Dias Silveira - Secretário da Associação dos Moradores de Itioca, Município de Itapemirim.

Manifestação: Ele sugeriu que SECONT, antes encaminhar ofício à prefeitura sobre a questão do Portal da Transparência daquele município, fizesse uma avaliação técnica do mesmo. Outra sugestão foi de que as prestações de contas dos poderes adotassem a linguagem cidadã, de forma a proporcionar mais transparência, inclusive em relação aos projetos que são encaminhados ao legislativo, porque muitas vezes não são compreendidos pelos cidadãos mais humildes.

Resposta do mediador: Ele informou que será dado o encaminhamento na forma proposta. Em relação à linguagem cidadã, o mediador informou que este já é um ponto de observação para o novo Portal e que, por isso, no escopo do projeto está previsto disponibilizar vídeos explicativos sobre cada uma das informações do Portal, o que irá proporcionar uma melhor compreensão por parte do cidadão comum, bem como motivá-lo a acessar aquela ferramenta de transparência.

Encaminhamento: Será feito um levantamento dos recursos repassados pelo Estado ao Município e uma análise do Portal municipal como forma coletar evidências sobre a situação relatada.



4.3.7. Manifestação 07

Autor da Manifestação: Gerson de Jesus - Presidente do Sindicato dos Trabalhadores e Servidores Públicos do Estado do Espírito Santo - SINDIPUBLICOS.

Manifestação: Ele informou que havia encaminhado 05 (cinco) sugestões à Consulta Pública, dentre as 04 (quatro) que foram acatadas. Ele elogiou a Audiência e solicitou que a SECONT encaminhe pedido ao Governador no sentido de realizar concurso para o cargo de Auditor do Estado, como forma de fortalecer a transparência no âmbito do Estado. Ele questionou qual o encaminhamento dado à sugestão de explicar mais didaticamente o quadro de despesas com pessoal em comparação com a Receita Corrente Líquida, conforme previsto na Lei Complementar 101. Também questionou sobre as informações divulgadas sobre o déficit envolvendo as contas da saúde, especialmente após o repasse realizado recentemente pelo Governo Federal. Também questionou a situações dos hospitais filantrópicos. Neste sentido, solicitou à SECONT uma avaliação dos números da saúde para verificar se efetivamente existe déficit, bem como que fosse feita uma avaliação da situação dos hospitais filantrópicos. Finalmente, solicitou uma avaliação de um estudo da situação financeira do Estado elaborado pelo sindicato, bem como que a ideia da Audiência Pública fosse adotada pelas demais secretarias e um controle maior no Portal para que não venha acontecer um problema que ocorreu no passado envolvendo diárias de servidores.

Resposta do mediador: Em relação ao concurso, ele informou que cerca de 90% do quadro de auditores do estado está preenchido, mas que mesmo assim faz-se necessário realizar concurso para formação de cadastro de reserva. Em relação à contribuição encaminhada à Consulta Pública sobre Despesas com Pessoal, o mediador informou que a mesma foi registrada como a de número 14 (quatorze) e que a mesma foi acatada e sobre a qual haverá o encaminhamento apresentado, mas que a forma de apresentação continuará seguindo o modelo estabelecido pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN. Em relação ao estudo elaborado pelo SINDIPUBLICOS sobre as finanças do Estado, o mediador sugeriu que o mesmo seja encaminhado formalmente à SECONT para que seja realizada a análise do documento.

Encaminhamentos: As demais sugestões também foram registradas e sobre elas serão dados os encaminhamentos devidos.

4.3.8. Manifestação 08

Autor da Manifestação: Miguel Ferreira Júnior - Secretário Geral do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil do Espírito Santo – SINTRACONST-ES.

Manifestação: Ele elogiou a Audiência Pública e a iniciativa de proporcionar maior transparência ao Portal. Ele informou que o SINDTRACONST-ES foi o autor da contribuição de número 11 (onze), que demonstra a necessidade de haver mais informações sobre as obras públicas, inclusive nos órgãos contratantes. Outro ponto abordado foi que o sindicato recebe diversas demandas dos empregados das obras de construção civil contratadas pelo Estado onde são relatadas e constatadas situações em que as empresas atrasam o salário e não contribuições sociais (FGTS, INSS, etc.), mas que isso não tem sido observado no processo de pagamento do Estado às empresas contratadas. Ele questiona o critério de fiscalização e, mesmo reconhecendo a dificuldade em se agregar todas as informações sobre as obras em um único espaço, é necessário aprimorar o controle.

Resposta do mediador: Ele informou que na pesquisa de opinião disponível no site da SECONT, a ampliação das informações sobre obras públicas é o tema mais votado e é tido como prioritário para o projeto de ampliação e modernização do Portal da Transparência. Segundo ele, o desafio será grande, mas já está em curso um cronograma de reuniões envolvendo, inicialmente, DER e IOPES, para discutir a integração de seus respectivos sistemas. Em relação ao pagamento das contribuições sociais, o mediador informou que eventualmente podem ocorrer casos em que o fiscal do contrato autoriza o pagamento com base em comprovações anteriores, o que pode resultar em equívoco caso a situação da empresa se modifique no mês seguinte.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA DE ESTADO DE CONTROLE E TRANSPARÊNCIA

Encaminhamento: A contribuição foi acatada, pois faz parte do escopo do projeto ampliar o leque de informações sobre as obras públicas, apesar das dificuldades em integrar os diversos sistemas.

4.3.9. Manifestação 09

Autor da Manifestação: Lino Franco - representante do Gabinete do Vereador Sérgio Magalhães, da Câmara Municipal de Vitória.

Manifestação: Ele parabenizou a equipe pelo trabalho realizado no Portal. Iniciou sua fala dizendo que o usuário não especialista tem dificuldades em compreender as informações da forma em que são apresentadas no Portal. Ele também ressaltou que a nomeação do Secretário Marcelo Zenkner deu esperança no avanço da transparência. Ele sugere que o Portal seja renovado de forma constante e que priorizasse o acesso pelo cidadão que tem pouco conhecimento técnico. Ele citou o exemplo do Portal de Vitória, onde é possível encontrar as informações desejadas, mas que esta tarefa é muito difícil para o cidadão comum. Por fim, manifestou que não concorda com a morosidade com que os processos de julgamento de contas são conduzidos no Tribunal de Contas do Estado e que deveria haver mais integração entre os poderes para divulgação de informações no Portal.

Resposta do mediador: Ele concordou com o servidor da Câmara em relação ao tempo de julgamento das contas. Ele também informou que não faz parte do escopo do projeto detalhar os processos administrativos; no projeto está previsto buscar a integração das informações dos Poderes e divulgá-las no Portal. Ele comentou sobre o exemplo do Portal do Município de Vitória, dizendo que o mesmo atravessa por um processo de evolução constante e que isso é o que se pretende para o Portal do Estado, que foi lançado em 2009, foi remodelado e agora passará por um terceiro ciclo de evolução, o que inclui a alteração da base tecnológica.

Encaminhamento: a manifestação não requeria encaminhamento.

4.3.10. Manifestação 10

Autor da Manifestação: Fabrício Ceccato Borgo - Auditor do Estado.

Manifestação: Ele comentou a questão da divulgação ausência de informações sobre obras públicas no Portal do Município de Itapemirim relatada pelo Sr. José Mauro Sales da Penha e informou que o TCEES disponibiliza o acesso ao GEO-OBRAS e que neste sistema as respectivas informações poderiam ser acessadas. Ele questiona se o Estado não poderia importar as informações do GEO-OBRAS para divulgá-las em seu Portal da Transparência.

Resposta do mediador: Ele informou que na Prefeitura de Vitória o processo de alimentação do GEO-OBRAS está centralizado em uma única estrutura, mas que no Estado isso é pulverizado em várias secretarias, o que dificulta o controle. Segundo ele, existe no Estado um estudo em curso para centralizar a alimentação das informações, o que facilitaria o controle das informações a serem publicadas.

Encaminhamento: Caso isso não seja possível estruturar um processo centralizado de alimentação dos dados do GEO-OBRAS, será avaliada a viabilidade técnica de extrair as informações daquele sistema da forma em que o sistema é alimentado atualmente.

5. ENCERRAMENTO

Esgotada a pauta e não havendo mais inscrição para manifestação, o mediador informou que no prazo de 15 (quinze) dias será divulgado o Relatório Consolidado da Audiência Pública e a respectiva Ata. Ele agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a Audiência Pública, às dezoito horas.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO SECRETARIA DE ESTADO DE CONTROLE E TRANSPARÊNCIA

6. CONCLUSÃO

A Audiência Pública SECONT N° 01/2015 transcorreu dentro do planejado, tendo atingido os objetivos desejados, quais sejam: a plena transparência do projeto de modernização e ampliação do Portal da Transparência, bem como a participação da sociedade civil e organizada com contribuições que foram incorporadas ao escopo do projeto.

Segue em anexo a Ata da Audiência Pública SECONT n° 01/2015.

Vitória – ES, 10 de abril de 2015.

Marcelo Barbosa de Castro Zenkner
Secretário de Estado de Controle e Transparência

Luis Fernando Mendonça Alves
Subsecretário de Estado da Transparência

Fabício Massariol
Gerente do Projeto e Auditor do Estado

Ricardo Monteiro Oliveira
Assessor e Auditor do Estado